

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

(Do Sr. Leonardo Picciani)

Solicita a realização de Audiência Pública, para convidar o Sr. Ministro do Trabalho e Emprego, para prestar esclarecimentos a respeito das denúncias de corrupção no Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convidado a comparecer a este órgão técnico, em Reunião de Audiência Pública, a realizar-se em data a ser agendada, **O Senhor Luiz Marinho, Ministro do Trabalho e Emprego**, no sentido de esclarecer, a esta Casa, as denúncias de corrupção dentro do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, que estariam comprometendo a eficácia do projeto na sua missão de dar oportunidade de trabalho aos jovens sem experiência.

JUSTIFICAÇÃO

Na primeira semana de fevereiro, os principais veículos de comunicação do país noticiaram a exoneração do secretário-executivo do Ministério do Trabalho, Alencar Ferreira, por acusação de envolvimento em fraudes no Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego. As denúncias de que funcionários do Ministério teriam participado de um esquema de pagamento de propina para a empresa Cobra Computadores, do Banco do Brasil, botam em xeque a credibilidade daquele que deveria ser um dos principais programas do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O jornal O Globo, em 4 de fevereiro de 2006, denunciou que, entre 2003 e 2005, apenas 6.282 jovens foram atendidos pelo Programa, quando a meta anunciada era de 150 mil atendimentos em um ano. Tendo em vista meu trabalho na luta pela criação de políticas que estimulem a inserção do jovem no mercado de trabalho, solicito uma análise minuciosa das atividades realizadas pelo Programa Primeiro Emprego desde sua implementação, de forma a esclarecer os motivos que levaram à inoperância de seus processos de incentivo.

01FDA9ED39*

O jornal O Globo afirmou ainda que a verba destinada ao Primeiro Emprego foi redirecionada para programas alternativos, iniciativa que julgo merecer maiores explicações, bem como o fato de o “Serviço Civil Voluntário”, uma das pernas do Primeiro Emprego, não ter realizado um único atendimento no ano de 2005.

A contratação da empresa Cobra Computadores foi, de acordo com o jornal O Globo, feita sem licitação. A revista IstoÉ afirmou que o contrato estipulado entre o Ministério do Trabalho e a Cobra Computadores teria sido da ordem de R\$ 9,2 milhões para cobrir o desenvolvimento de um software de gerenciamento do programa Primeiro Emprego que permitiria, entre outras coisas, o cadastramento dos jovens desempregados e interessados em participar do programa. A soma parece exorbitante, especialmente se for considerado o fato, divulgado pela revista Isto É e pelo jornal O Globo, de que, até hoje, o software não entrou em funcionamento. Em contrapartida, a Cobra Computadores já teria recebido R\$ 8,8 milhões (desde setembro de 2004) pelo trabalho que ainda não realizou. Solicito a prestação de contas desses contratos e a explicação detalhada das transições realizadas.

Manifesto ainda a minha vontade de ver a investigação rigorosa dos dez funcionários exonerados, de modo a comprovar as suspeitas de que eles cobrariam propina para fornecer as informações necessárias à empresa Cobra Computadores. E, caso sejam confirmadas as denúncias, requeiro que a eles seja aplicada a punição necessária.

A falta de transparência apenas compromete a credibilidade do Programa Primeiro Emprego. Uma das maiores bandeiras do início do governo Lula, hoje, o Programa encontra-se abandonado e ineficiente, manchado por denúncias de corrupção que afetam ainda mais a sua já precária concretização.

Propomos, dessa forma, a aprovação deste Requerimento de Audiência Pública, sobre este tema de tão grande relevância.

Sala das Sessões em, , de fevereiro de 2006

**Deputado LEONARDO PICCIANI
PMDB/RJ**

01FDA9ED39*